

# A ATUAÇÃO DA BID NA LOGÍSTICA E NA MOBILIZAÇÃO MILITAR

*Palavras-Chaves: BID. Logística. Mobilização militar.*

## 1. INTRODUÇÃO

A Mobilização Nacional consiste em um instrumento legal, decretado pelo Presidente da República, para obter recursos para complementar a Logística Nacional, visando a Defesa da Nação, em caso de agressão estrangeira (BRASIL, 2015). Ou seja, tudo o que for necessário para que a logística nacional seja realizada em prol do trabalho das Forças Armadas é considerado.

Assim, a capacidade dessa mobilização pode ser compreendida como uma estratégia que visa enriquecer a efetividade e “complementar a logística das Forças Armadas, pelo emprego de meios civis, utilizando o conceito de logística nacional, consoante o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB” (Estratégia Nacional de Defesa, Brasil, 2016, p. 20).

Segundo Jerônimo (2018), as nações tendem a fornecer, para as suas Forças Armadas, equipamentos de emprego militar que sejam coerentes com a realidade do combate atual. A capacidade de mobilização está “intimamente associada ao grau de independência tecnológica e logística do País, da capacidade de Mobilização Nacional e da capacidade do pronto emprego dos recursos e serviços colocados à sua disposição” (Estratégia Nacional de Defesa, Brasil, 2016, p. 20).

Em relação ao mercado nacional de defesa, o país encontra muitas dificuldades no que diz respeito aos recursos da Classe V que englobam explosivos e munições, nota-se que este setor não se encontra tão aquecido, tendo em vista que esse mercado necessita de grandes investimentos financeiros e carece de apoio público e privado. Essa questão pode ser um grande problema para as Forças Armadas, principalmente quando a mesma busca no mercado nacional adquirir produtos bélicos (LESKE, 2015).

A indústria de defesa brasileira teve seu auge entre 1970 e 1990. Nesse período, o mercado nacional conseguiu suprir as demandas das Forças Armadas e também fazer exportações. No entanto, devido à falta de planejamento e investimentos somado a questões externas, na década de 90, houve um grande declínio desse mercado (ANDRADE; FRANCO, 2015).

Nesse contexto, a falta de investimentos nesse mercado torna-se um grande problema afetando todo a cadeia. No que tange à Base Industrial de Defesa (BID), torna-se imperioso para um Estado soberano efetivamente ter uma BID desenvolvida e com plena capacidade de atender suas demandas. Assim, tem-se o dilema que as nações em desenvolvimentos enfrentam em desenvolver tecnologias próprias de defesa, buscando a independência das potências mundiais ou ser consumidor de produtos de defesa.

Sabe-se que o Brasil tem vocação para uma liderança regional. Nesse contexto, cabe enfatizar que o Brasil já optou pela sua independência tecnológica no setor de defesa, sendo a execução dessa escolha, lenta e gradual (JERÔNIMO, 2018). Dessa forma, justifica-se compreender qual a atual capacidade logística e de mobilização da BID brasileira, uma vez

que este assunto impacta diretamente no Exército Brasileiro, no tocante à obtenção de materiais e equipamentos no mercado nacional, em alinhamento com a ação estratégica.

## **2. PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO MILITAR**

Kriedberg (1955) define mobilização como a montagem e organização de tropas, material e equipamentos para o serviço militar ativo em tempos de guerra ou outras emergências nacionais, ao analisar as mobilizações militares do Exército Americano de 1775 a 1945. Assim, a mobilização militar compõe uma das estratégias da defesa nacional, sob o comando das Forças Armadas.

Para Jerônimo (2018), a Política Nacional de Defesa (PND), no Brasil, leva em consideração fatores internos e externos, principalmente os externos, para programar um cenário de prospecção, diretamente vinculado com o posicionamento adotado pelo país diante da sua Defesa Nacional.

Para o autor, os principais posicionamentos estratégicos adotados pela Defesa Nacional brasileira são: a priorização dos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovações; e a promoção da participação efetiva da mobilização nacional, esta, composta pelos recursos humanos, capacidade industrial e infraestrutura (JERÔNIMO, 2018).

A mobilização militar então, trata-se da alocação das Forças Armadas em prol da Defesa Nacional. O que, muitas vezes, ocorre de forma emergencial. Fato este que demonstra a importância de se possuir um efetivo de prontidão eficiente, de modo a suprir necessidades emergenciais, sem que se coloque em risco a integridade da Segurança Nacional diante de possíveis conflitos internos ou externos (LAMELLAS, 2019).

É sabido que as Forças Militares de países desenvolvidos trabalham com um alto potencial de efetivo dos recursos de prontidão, ou seja, dos recursos estocados como suprimentos emergenciais, bem como de uma ampla cadeia de ressuprimentos de emergência. Para Negris (2019), isso porque é necessário um preparo das Forças Armadas em prol da proteção da Segurança Nacional, preparando-as para uma mobilização militar eficiente diante de instabilidades que possam colocar em risco o país.

Assim como em outros países, o Brasil adota regras e disposições internas, aplicáveis ao contexto da Defesa Nacional, sob o uso da sua soberania estatal. No que concerne aos comandos da Política Nacional de Defesa, dentre as estratégias nacional de defesa, se pode extrair apontamentos vinculados com a mobilização militar.

Desses apontamentos, os que se destacam são: a capacidade de mobilização tem como objetivo incrementar a eficácia do emprego da expressão militar que está intimamente associada ao grau de independência tecnológica e logística do País, da capacidade de mobilização nacional e da capacidade do pronto emprego dos recursos e serviços colocados à sua disposição.

Nesse sentido, a capacidade de mobilização tem como objetivos, por um lado, complementar a logística das Forças Armadas, pelo emprego de meios civis, utilizando o conceito de logística nacional, consoante o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB. A

mobilização deverá considerar todas as capacidades de que dispõe o país (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano), devendo ser dada especial atenção ao preparo dessas capacidades, visando ao seu emprego de forma célere, eficiente e eficaz, considerando que o “fator tempo” é crítico para os resultados de um conflito armado.

O estudo de Negrís (2019), destaca que a mobilização de efetivos sempre apresentou dificuldades diante de ações pretéritas desempenhadas pelo Exército Brasileiro, decorrente de incapacidade de logística, transporte, indisposição de suprimentos e outros fatores. A mobilização de tropas, de acordo com o referido autor, foi um dos principais desafios encontrados pela Força Expedicionária Brasileira (FEB).

A má gestão e planejamento do emprego destas variáveis logísticas podem gerar a perda de capacidade da Força em se manter operante de maneira eficiente e eficaz em tempo de guerra ou de não guerra (NEGRIS, 2019, p. 14-15). Assim, compreendo que uma das problemáticas enfrentadas pela mobilização nacional em diversos períodos históricos foi, justamente, o aporte contínuo e ininterrupto das classes de suprimento.

### **3 BASE INDUSTRIAL DE DEFESA (BID)**

Entre as décadas de 1970 e 1990 foi constatado o melhor momento da indústria de defesa brasileira, nesse período, o país chegou a fazer exportações de veículos e armamentos além de suprir a demanda nacional. Veículos blindados modelos Cascavel, Urutu e Jararaca, fabricados pela empresa Engenheiros Especializados S/A (Engesa), o sistema de artilharia de foguetes Astros II, fabricado pela Avibras Indústria Aeroespacial, e as aeronaves militares Tucano e Xingu, da Embraer (MORAES, 2012).

Contudo, para um bom e efetivo funcionamento dessa indústria, o mercado externo tinha um papel fundamental nessa engrenagem, principalmente no que se refere a questões econômicas para sua sustentabilidade. O que foi impactado de forma considerável com a queda vertiginosa da demanda mundial por armas, cenário esse que se deu no início da década de 90, inviabilizando a saúde financeira, devido ao alto custo de sua produção, e consequentemente uma baixa demanda.

A maioria das empresas da indústria de armamentos enfrentou períodos de recessão, dadas as condições gerais prevalecentes no mercado, caracterizadas, de um lado, por excesso de oferta (causada pela superprodução e pela grande capacidade produtiva montada durante os anos da Guerra Fria) e, de outro, pela demanda enfraquecida (dada a ausência da necessidade de os países acumularem estoques muito elevados de armamentos, no pós-Guerra Fria).

As transformações estruturais do comércio internacional de armamentos, após a queda do Muro de Berlim e a extinção da URSS, foram bastante significativas (STRACHMAN; DEGL'IESPOSTI, 2010). No entanto, desde 2005, voltou a ganhar força um apoio maior à indústria nacional de defesa, sendo pautado por integrantes do governo brasileiros. Nesse mesmo ano, o Ministério da Defesa (MD) implementou a Comissão Militar da Indústria de Defesa (CMID), órgão que tinha como intuito mediar a relação entre governo e indústria bélica.

Ainda no mesmo ano, por meio do MD foi aprovado a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), que instituiu diretrizes designadas a fomentar esta indústria. No mesmo período por intermédio da nova Política de Defesa Nacional (PND) foi ressaltada a importância de promover uma revitalização da Base Industrial de Defesa, diferente da PND anterior aprovada em 1996, que não busca enfatizar a relevância do tema (FILHO, 2015).

No ano de 2008, foi criada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que deliberou o complexo industrial de defesa como sendo um dos Programas Mobilizadores no tocante a aspectos Estratégicos, e, no fim desse mesmo ano, a Estratégia Nacional de Defesa (END) determinou a revitalização da Base Industrial de Defesa, como sendo um dos três pilares essenciais para a reestruturação da defesa do país.

Somado a uma reforma das Forças Armadas, bem como de suas políticas relacionadas a composição dos efetivos. Segundo Moraes (2012, p. 10), no ano de 2011 um outro projeto foi criado denominado “Plano Brasil Maior, que deu continuidade a PDP, assim como a Medida Provisória Nº 544, com medidas de incentivo às empresas nacionais de produtos de defesa”.

Percebe-se que a reestruturação da indústria brasileira de defesa, é um projeto que vem ganhado força somado aos instrumentos legais que nas últimas décadas foram aprovados com o objetivo de dar maior apoio a esse mercado, tendo em vista sua importância estratégica. Os aspectos relacionados à importação de equipamentos militares para a Forças Armadas é um tema que tem sido foco de inúmeros debates por militares, assim como por técnicos do governo, parlamentares, estudantes, empresários desse mercado e foco de análise da imprensa como todo, no tocante ao Ministério da Defesa.

De acordo com Souza (2018), muitos indivíduos entendem que a obtenção de equipamentos bélicos pelas Forças Armadas precisa ter como foco sua aquisição através da BID, deixando as importações em segundo plano, ou seja, priorizando o mercado nacional. Dada a relevância dos Estados Unidos, Rússia e China, existe, em termos internacionais, certa tendência na obtenção desse tipo de material com esses países.

Os Estados Unidos, a Rússia e a China são considerados os países mais fortes do mundo quando se trata de poderio militar, sendo que os EUA ocupam incontestavelmente o primeiro lugar. Mesmo assim, a Rússia ainda tem muitas cartas na manga, especialmente um arsenal nuclear de cerca de 1.550 ogivas nucleares prontas para a ação (DEUTSCHE WELLE, 2018).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante a estas questões apresentadas na pesquisa, considero que em relação a necessidade de mobilização militar, o mercado nacional detém plenas condições logísticas para a produção de material bélico, mas, com algumas ressalvas legais que precisam ser revistas em prol da facilitação dos processos de requisição e aquisição entre as empresas da BID.

Por isso, levando em conta que é a Defesa Nacional que impulsiona o setor, os meios logísticos de aquisição e obtenção perpassam necessariamente por especificações

orçamentárias no país e, por isso, dependem de aprovação legislativa. Nesse sentido, os principais documentos que estabelecem as capacidades orçamentárias são o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa Nacional (PAED) e o Orçamento de Defesa, ambos de responsabilidade conjunta entre o Ministério da Defesa e as Forças Armadas.

Havendo uma maior necessidade de utilização de produtos não letais em mobilização nacional e considerando a dificuldade de aquisição interna e externa de tais produtos, os resultados apontaram para um possível sucesso na ampliação do potencial bélico se o foco for a produção de produtos não letais. Além das possibilidades, as dificuldades existentes que desestimulam o crescimento do mercado bélico interno, a exemplo da tributação entre os entes federativos, que acabam por onerar os valores dos produtos, sendo necessária a adoção de medidas estratégicas que revertam tais dificuldades.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. O.; FRANCO, L. G. A. A indústria de defesa brasileira e a sua desnacionalização: Implicações em aspectos de segurança e soberania e lições a partir da experiência internacional. **Boletim de Economia Internacional**, n. 20, 2015. Ipea. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5903/1/BEPI\\_n20\\_ind%C3%BAstria.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5903/1/BEPI_n20_ind%C3%BAstria.pdf). Acesso em: 27 de set. de 2022.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Manual de Mobilização Militar**. Brasília: MD, 2015. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/logistica\\_mobilizacao/md41a\\_ma\\_02a\\_manuala\\_mobilizacao\\_militara\\_2a\\_eda\\_2015.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/logistica_mobilizacao/md41a_ma_02a_manuala_mobilizacao_militara_2a_eda_2015.pdf). Acesso em: 27 set. 2022.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa - Minuta**. Brasília: MD, 2016. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/ptbr/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa](https://www.gov.br/defesa/ptbr/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa). Acesso em: 26 de set. de 2022.

DEUTSCHE WELLE. **Qual o real poderio militar da Rússia?** G1. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/qual-o-real-poderio-militar-darussia.ghtml>. Acesso em: 27 de set. de 2022.

FILHO, C. I. O. **A situação atual da indústria de defesa nacional: desafios enfrentados pelo setor de simuladores de emprego militar**. 2015. P. 94 f. Monografia (Pós-MBA Lato Sensu em Gestão Internacional) Escola de Guerra Naval–COPPEAD UFRJ, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/578/1/CPEM15\\_MONO\\_CEL\\_OLIVEIRA\\_COPPEAD.pdf](https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/578/1/CPEM15_MONO_CEL_OLIVEIRA_COPPEAD.pdf). Acesso em: 27 set. 2022.

JERÔNIMO, L. **A atual situação da Base Industrial de Defesa (BID) brasileira**. 2018. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4016/1/MO%206033%20-%20JER%C3%94NIMO.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

KREIDBERG, M. A. **History of military mobilization in the United States Army**. P. VI, 1955. Disponível em: [encurtador.com.br/IJLV7](http://encurtador.com.br/IJLV7). Acesso em: 27 set. 2022.

LAMELLAS, J. R. P. **Programas estratégicos do exército Impactos orçamentários afetando a capacidade dissuasória brasileira**. 2019. 50 f. Trabalho de Conclusão de

Curso (Especialização em Altos Estudos de Política e Estratégia) Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:  
<https://repositorio.esg.br/handle/123456789/820>. Acesso em: 28 set. 2022.

LESKE, A. D. C. Interação, inovação e incentivos na indústria de defesa brasileira. **Revista Política Hoje**, v. 24, n. 1, p. 33-56, 2015. Disponível em:  
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politica hoje/article/view/3731/0>. Acesso em: 26 set. 2022.

MORAES, R. F. **A inserção externa da indústria brasileira de defesa: 1975- 2010**. Econstor. 2012. Disponível em:  
<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/90954/1/719090660.pdf>. Acesso em 27 set. 2022.

NEGRIS, P. X. C. **100 anos do serviço de intendência: uma revisão do apoio logístico em operações militares**. 2019. 23 f. Trabalho Acadêmico (Especialista em Ciências Militares) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:  
<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5089/1/Artigo-Cap%20Xafic.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

SOUZA, R. G. **Crise e retomada da indústria de defesa**. 2018. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018. Disponível em:  
<https://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/3772>. Acesso em: 28 set. 2022.

STRACHMAN, E.; DEGL'IESPOSTI, E. H. B. **A indústria de defesa brasileira: o setor de carros de combate e a Engesa**. Ensaio FEE, v. 31, n. 1, 2010. Disponível em:  
<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaio/article/view/2270>. Acesso em: 28 set. 2022.